



MULHERES E SOCIOBIODIVERSIDADE DO CERRADO MATO-GROSSENSE: RAÍZES QUE SUSTENTAM A VIDA E O MODO DE SER E VIVER DE UM POVO

MUJERES Y SOCIOBIODIVERSIDAD DEL CERRADO MATOGROSENSE: RAÍCES QUE SOSTIENEN LA VIDA Y EL MODO DE SER Y VIVIR DE UN PUEBLO.

WOMEN AND SOCIODIVERSITY FROM CERRADO MATOGROSENSE: ROOTS THAT SUPPORT LIFE AND THE WAY OF BEING AND LIVING OF PEOPLE.

Ana Cláudia de Campos¹
Maria Aparecida Rezende²

RESUMO

O tema que se apresenta é a visibilidade dos saberes da sociobiodiversidade do cerrado. Objetiva-se apresentar e divulgar a história das mulheres que desenvolvem seus saberes relacionados à agroecologia e outros saberes voltados para as práticas tradicionais alimentares e de saúde do povo do campo. Trata-se de uma pesquisa participante, seguindo um método fenomenológico. Quanto à obtenção das informações (dados), foram realizadas entrevistas abertas com cinco mulheres que fazem parte do Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado, no município de Nossa Senhora do Livramento, MT. Os resultados da pesquisa apontam que há poucos trabalhos que envolvem a temática, principalmente relativos ao feminismo comunitário e ao extrativismo do cumbaru. Sobre os aprendizados mais relevantes da pesquisa, até o momento, evidencia-se que o grupo vem gerando riquezas em se tratando da relação das mulheres com o bioma, com a terra, a religiosidade e com a vida.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres camponesas e negras. Feminismo comunitário. Extrativismo do cumbaru. Cerrado

RESUMEN

El tema central es la visibilidad de los saberes emanados de la socio-biodiversidad del cerrado. Busca divulgar la historia de las mujeres que difunden sus saberes relacionados a la agroecología, y otros relacionados a las prácticas tradicionales alimenticias y de salud de los campesinos. Es una investigación participativa, siguiendo un método fenomenológico. Para la obtención de información (datos) fueron realizadas entrevistas abiertas con cinco mujeres que forman parte del Grupo de Mujeres Campesinas Raízes

¹ Mestranda em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. Mato Grosso. Brasil

² Doutora em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. Mato Grosso. Brasil

do Cerrado, localizado en la zona rural del municipio Nossa Senhora do Livramento, MT. Los resultados de la información señalan que existen pocos trabajos referentes a la temática, principalmente relacionados al feminismo comunitario y al extractivismo de cumbarú. Sobre el aprendizaje más relevante de la investigación se evidencia que un grupo viene generando riquezas respecto a la relación de las mujeres con el bioma, con la tierra, la religiosidade y con la vida.

PALABRAS-CLAVE: Mujeres campesinas y negras. Feminismo comunitario. Extractivismo de cumbarú. Cerrado.

ABSTRACT

The main topic is the visibility of knowledge from socio-diversity from Cerrado. It seeks to publicize the women history that spread their agroecology knowledge and others related to the traditional food and health practices of the peasant people. It is a participative inquiry with phenomenological method. To get information (data), some interviews were made with five women that take part of the women group called Raízes do Cerrado from Nossa Senhora do Livramento municipality, MT. The information results point out that there are few works related to the theme, especially the ones related to the community feminism and cumbaru extractivism. The most relevant learning of this research reveals that there is a group getting influence regards to the women relation with the biome, land, life, taking them to be connected with a meaning world of knowledge in favor to them and their communities.

KEYWORDS: Peasant and black women. Community Feminism. Cumbaru Extractivism. Cerrado.

Introdução

O presente artigo tem como objeto de pesquisa os saberes da sociobiodiversidade das mulheres camponesas e negras integrantes do Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado, no município de Nossa Senhora do Livramento, MT, que também são estudantes e professoras da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de salas anexas da Escola Estadual José de Lima Barros, no mesmo município. Temos por objetivo apresentar e divulgar a história de cinco mulheres que compõem o grupo, considerando o período de março de 2017 a setembro de 2023, as quais desenvolvem seus saberes relacionados à agroecologia e outros saberes voltados para as práticas tradicionais alimentares e de saúde do povo do campo. Do mesmo modo, dialogar com o papel da escola nesse processo de organização, participação, formação e reflexão crítica de mulheres camponesas e negras, discorrendo sobre suas lutas, trabalhos e saberes. A partir da reflexão crítica das próprias mulheres, objetivamos, também, visibilizar o protagonismo delas para além da vitimização e inferioridade feminina.

O estudo que se apresenta é uma parte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso PPGE/UFMT, na linha de pesquisa Movimentos Sociais Política e Educação Popular. A pesquisa tem como temática a emancipação de mulheres camponesas e negras integrantes do Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado - organização coletiva de mulheres do campo para estudo, geração, acesso e incremento da renda de modo sustentável/agroecológico, além do acolhimento, cuidado, proteção e superação das diversas formas de violência vividas cotidianamente por cada uma de nós.

Esse recorte mostra-se relevante pelo fato de haver grande riqueza de saberes da sociobiodiversidade na região onde se encontra o grupo, e os dados da pesquisa apontam que são as mulheres camponesas as que mais detêm esses saberes. Entende-se por *sociobiodiversidade*, conforme a Instrução Normativa Conjunta n.º 17, de 28 de maio de 2009, o conjunto de bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

As mulheres camponesas e negras participantes desta pesquisa não tiveram oportunidade de frequentar a escola quando crianças, de modo que hoje fazem a EJA, mas possuem uma gama de aprendizados que consideramos importantes pois foi o que lhes garantiu sobreviver, cuidar de si, dos/as outros/as, cuidar da terra e do cerrado. E como foi que aprenderam isso? Nossa problemática é a invisibilidade de suas ações, visto que as mulheres camponesas e negras ainda permanecem invisíveis ou nos silêncios da história (PERROT, 2005), por isso, são poucas as pesquisas acerca dos saberes da sociobiodiversidade do cerrado.

A partir de vários levantamentos feitos em bancos de dados, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (IBICT OASIS/Br), buscando por teses e dissertações, utilizando as palavras-chaves: *mulheres camponesas; feminismo comunitário, extrativismo do cumbaru e educação do/no campo*, percebemos que há poucos trabalhos envolvendo essas temáticas na região, sobretudo quanto ao feminismo comunitário e extrativismo do cumbaru. O feminismo comunitário é um termo cunhado por Julieta Paredes Carvajal

(2019) em seu trabalho com mulheres indígenas e adotado por nós, neste trabalho com as mulheres camponesas e negras do Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado.

Utilizando como período de busca os anos de 2017 (ano de início/criação do grupo) a 2023, e priorizando as Universidades Federais da região Centro-Oeste, encontramos 61 trabalhos que abordam a Educação do/no campo, 12 trabalhos sobre mulheres camponesas e 01 relativo ao extrativismo do cumbaru, ressaltando-se que não encontramos nenhuma tese ou dissertação sobre o feminismo comunitário.

Este texto é resultado de pesquisa qualitativa e participativa, uma vez que a pesquisadora é parte desse grupo em estudo, realizada por meio de método fenomenológico e da etnografia. O método fenomenológico “nos convida a deixar as coisas aparecerem com as características que se dão nesta transparência, isto é, deixando que as essências se manifestem na transparência dos fenômenos” (CAPALBO, 2008, p. 39). A descrição densa de que aborda Geertz (2008) nos ajuda a refletir sobre todas as questões investigativas e em pauta e combina com os procedimentos deste estudo. Nessa esteira interpretativa antropológica e fenomenológica, buscamos a etnografia para auxiliar na construção de novos conhecimentos que nos levam a alcançar os objetivos propostos desta pesquisa.

Os procedimentos metodológicos de busca das informações (dados) foram desenvolvidos em três etapas: na primeira, participamos ativamente de todas as atividades/trabalho que o grupo desenvolve, como reuniões, feiras, festas, extrativismo do cumbaru, confecção de artesanatos, produção e preparo de alimentos na cozinha coletiva, cuidados com a horta coletiva, entre outros. Em meio às atividades, trabalhos e conversas informais, fizemos a observação participante.

A segunda etapa se deu por meio das entrevistas abertas ou em profundidade, “em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (MINAYO, 2007, p. 64). Para realizar as entrevistas, fomos diversas vezes nas casas de cada uma das cinco mulheres participantes e, essas visitas nos mostraram a diferença do elo de afetividade que estreitam os laços e a confiança entre essas mulheres e a pesquisadora, vista por elas como uma companheira, amiga, professora e respeitada como intelectual do grupo. O diálogo durante essa visita particularizada é diferente do diálogo em atos coletivos. Isso posto, Freire (2000, p.16) afirma que “o diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional e, nele, ninguém tem iniciativa

absoluta. Os dialogantes admiram um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem-se e opõem-se” desse modo nossos diálogos se deram também com uma escuta ativa, atenta e profunda.

É um diálogo que historiciza nossas vidas, que traz memórias efetivas e afetivas da relação de nossas bisavós, avós, mães e de nós mesmas, lembrando-nos que não somos produtos históricos, mas a própria historicização (FREIRE, 2000). Nossos dois autores (FREIRE, 2000 e MERLEAU-PONTY, 2006) falam da importância desse mundo vivido. “A consciência emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o, compreende-o como projeto humano” (FREIRE, 2000, p. 17). Nesse diálogo, seguimos na reelaboração das nossas ações coletivas femininas em busca da libertação de nossos corpos amarrados ao mundo machista e sexista, o que nos torna presas a uma vida de dependência, sem muitas possibilidades de seguir uma vida mais livre das amarras do capital e do machismo estrutural no sentido de dominação patriarcal e inferiorização do trabalho da mulher camponesa e negra. Por isso, focamos o olhar para o trabalho dessas mulheres, em particular, na produção de alimentos em suas roças e quintais.

Na terceira etapa, realizamos uma oficina intitulada *Modos de vida das mulheres do grupo e saberes da sociobiodiversidade*, que objetivou investigar, por meio da observação participante com registros (caderno de campo, fotos e vídeos), o papel da mulher camponesa na cadeia produtiva e de valor alimentar do cumbaru e quais são suas lutas como mulher da resistência e do trabalho no campo, bem como compreender os modos de vida e a participação delas nas lutas e resistências pelo acesso e permanência na terra e nos territórios.

O texto está estruturado em três partes: a introdução, em que apresentamos os objetivos, a justificativa, o método e a problemática. Em seguida, apresentamos o surgimento do grupo de mulheres atreladas à Educação de Jovens e Adultos/as. Na sequência, o feminismo comunitário ligado à questão da religiosidade articulado com o protagonismo e os saberes das mulheres das comunidades. Trazemos, também, o trabalho em grupo e o protagonismo das mulheres com relação à produção de alimentos agroecológicos e diversificados. Por último, são tecidas algumas considerações finais neste tear da vida, em que se entrelaçam lutas, educação e esperança.

Camponesas se organizam em luta pela autonomia e preservação do cerrado

A criação oficial do grupo data de 09 de maio de 2017, sendo que, antes disso, as mulheres já buscavam uma mobilização, participação e formação, principalmente por meio dos trabalhos desenvolvidos há muitos anos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) com mulheres de diversas comunidades de Nossa Senhora do Livramento, MT. Desse modo, em março de 2017, a convite da CPT, as mulheres participaram de diversas atividades de luta naquele mês de março de 2017: a Marcha das Mulheres em Cuiabá (MT); o Encontro Estadual Mulheres e Agroecologia do Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS), em Cáceres (MT); e o Encontro Regional de Mulheres Camponesas, realizado pela CPT na comunidade Laginha de Cima, zona rural do município de Nossa Senhora do Livramento, MT.

A participação ativa em todas essas atividades e os estudos na EJA da sala anexa da Cachoeirinha fez despertar a necessidade de criação de um coletivo de mulheres. Nas entrevistas³, realizadas de modo presencial nas casas de cada uma das cinco mulheres, nos meses de julho e agosto de 2023, uma das integrantes afirmou “que o grupo promove o bem viver nas comunidades e o seu nome reflete tanto a força profunda das raízes quanto o sentimento de pertença ao bioma.” (Entrevista, gravada com Adriana no dia 20/07/2023). Atualmente, o grupo é composto por 31 mulheres de comunidades tradicionais, sendo: seis mulheres da comunidade Cachoeirinha, duas do Chico Leite, três do Carrapatinho, onze do Buriti do Atalho e nove do Buriti Grande, todas no município de Nossa Senhora do Livramento, MT. Acompanham o grupo quatro professoras, sendo uma coordenadora pedagógica e três docentes da EJA atribuídas em salas anexas da Escola Estadual José de Lima Barros, todas elas pedagogas e moradoras das comunidades.

A primeira iniciativa do coletivo de mulheres, em 2017, foi a proposta de criação de um viveiro de mudas de árvores do Cerrado para recuperação de áreas degradadas, às margens dos córregos das comunidades, para posterior comercialização. Para uma obtenção mais rápida de renda, o grupo começou a se organizar, arrecadando fundos com

³As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas segundo a técnica de análise de conteúdo, na modalidade temática. Antes, porém, foi preciso submeter o projeto à Plataforma Brasil, para apreciação ética e a entrevistas só começaram após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) n.º 65434822.0.0000.5690. Desse modo, foram seguidas todas as orientações éticas, conforme as resoluções 466/12 e 510/16 da CONEP. As cinco mulheres participantes da pesquisa assinaram o Consentimento de Uso de Nomes e Imagens.

a produção e comercialização de bolos de polvilho dentro da própria comunidade, levados para vender na escola ou em espaços de reuniões que participavam. Para a compra dos primeiros ingredientes para fazer os biscoitos, cada uma doou o que podia e a produção era realizada em nossas casas com muita empolgação e alegria, pois o trabalho era regado a muitas histórias e risadas, além do aprendizado. Vimos, então, que era bom trabalhar em mutirão: trabalho coletivo, voluntário. E isso aconteceu de forma rotativa, para que todas pudessem ter a oportunidade de receber em suas casas as companheiras do grupo.

Dayrell (2001) faz uma discussão relevante acerca do papel da escola como espaço sociocultural, que considera o fazer do cotidiano dos/as trabalhadores e trabalhadoras, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes e atores da história. No contexto dessa diversidade cultural, nos interessam as indagações: “Quem são esses jovens? O que vão buscar na escola? O que significa para eles, a instituição escolar? Qual o significado das experiências vividas neste espaço?” (DAYRELL, 2001, p. 139). Em meio a esse grupo do coletivo de mulheres, muitas fazem a EJA ao mesmo tempo que unem os dois conhecimentos: o escolar e os da tradição das mulheres camponesas e negras.

A Escola Estadual José de Lima Barros⁴ sempre esteve ligada ao Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado. Juntas, buscam desenvolver ações e saberes agroecológicos que contribuam para forjar um novo modelo produtivo. Entendem que a agroecologia

[...] constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) 'que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura. (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 57).

⁴Esta unidade escolar situa-se na Comunidade Rural do Distrito de Faval, no município de Nossa Senhora do Livramento, MT, estando a 70 km da sede do município e a 110 km da capital do estado de Mato Grosso. Foi criada em 15/04/1961 pelo decreto n.º. 85/61 – Diário Oficial de 29/12/196, e inicialmente funcionou como Escola Rural Mista do Seco, atendendo estudantes da 1ª até a 4ª série, como era chamada na época. Em 1992 a escola passou a atender estudantes do Ensino Fundamental 1 e 2, ou seja, de 1ª até a 8ª série. Em 1994 passou a oferecer o Supletivo e o Ensino Médio. Esta escola passou a ser designada como Educação do Campo a partir da homologação da Resolução nº 126/2003 que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo em Mato Grosso. Esta resolução explicita a importância de se ter um órgão responsável que trate da Educação do Campo na dimensão pedagógica e técnica. A unidade escolar atende as seguintes etapas: anos iniciais e finais do Ensino Fundamental; Ensino médio; EJA ensino fundamental e EJA ensino médio. A mesma funciona nos períodos matutino, vespertino e noturno. No ano letivo de 2023, conforme dados produzidos a partir do sistema de registros acadêmicos - Sigeduca/MT, se encontram matriculados 747 (setecentos e quarenta e sete) estudantes, sendo 138 (cento e trinta e oito) na sede e 609 (seiscentos e nove) nas salas anexas.

As turmas da EJA são formadas, majoritariamente, por mulheres. As professoras relatam que elas estudam porque querem aprender a ler a bíblia e/ou ajudar os/as filhos/as, netos/as nas tarefas escolares de casa. Muitas delas também vislumbram um emprego na escola e sabem que para isso precisam passar por um processo seletivo (prova escrita). Algumas veem a sala de aula como uma terapia, gostam de estar com outras pessoas porque em casa ficam muito sós, visto que os/as filhos e filhas, quando crescem, vão para a cidade em busca de emprego. Então, depois da lida com a casa, a roça e os quintais, as mulheres ainda arranjam tempo para estudar.

Como é sabido, tanto no Brasil como o México, as mulheres foram tardias no acesso à educação, pois, desde a concepção patriarcal, a educação escolar de uma menina era considerada um desperdício de investimento e isso é enfatizado pelos sujeitos da pesquisa. Cobia-lhes apenas saber cumprir suas funções “de mulher” no casamento (praticamente obrigatório), não havendo porque gastar recursos e perder tempo com a sua educação escolar. Assim, durante um longo período, a escolarização das mulheres foi vista como um dispêndio de recursos e, ao mesmo tempo, como algo perigoso, pois, poderiam aprender “coisas de homem” e outras que não deviam (corria-se o risco de elas deixarem de ser submissas, ou de serem menos submissas). (CONTE, 2017, p. 40).

Esse aspecto discutido por Isaura Conte sobre a educação das mulheres é exemplificado por Tiburcio (2010, p. 263): “porque la mujer puede tener dinero, pero si no tiene conocimiento no puede liberar-se de miedo al marido, a la comunidad.” As mulheres são, em sua maioria, casadas, têm mais de 30 anos e algumas são mães e/ou avós. Muitas eram analfabetas, outras possuíam apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental, mas agora estão tendo a oportunidade de continuar os estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Escola Estadual José de Lima Barros. O estudo, o convívio com as professoras, a participação em organizações populares do campo, as lutas, os encontros, as formações são muito importantes para as mulheres camponesas, pois foi a partir daí que elas

[...] começaram a sair de casa em busca de direitos e assim aprenderam a amplitude do mundo e a complexidade da sociedade capitalista, patriarcal e racista que até então lhes era apresentada como natural. Elas se deram conta de que não tinham direito de sair de casa ou do ambiente restrito de suas comunidades, ainda que isso não estivesse escrito. Era a força patriarcal que predominava como sistema expresso na vida das camponesas, no cotidiano vivenciado em suas comunidades, sítios, assentamentos e florestas. (CALAÇA *et al.*, 2018, p. 1160).

Diante disso, a escola e o Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado buscam fortalecer os processos de auto-organização, atraindo mais parceiros do campo popular para potencializar o trabalho coletivo. É assim que, durante esses anos, além da Comissão Pastoral da Terra, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a Paróquia da Igreja Católica de Nossa Senhora do Livramento, MT, também têm se feito mais presentes dentro das comunidades, proporcionando assistência técnica, encontros de formação, intercâmbios e seminários sobre diferentes temas do campesinato, ora mistos, ora congregando apenas mulheres. Tais eventos têm contribuído para uma construção mais sólida do grupo, propiciando esperança às mulheres camponesas e “enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na esperança pura, que vira, assim, espera vã” (FREIRE, 2011, p. 15). Este texto, portanto, é uma tentativa de colocar em prática a esperança de dar visibilidade ao protagonismo, aos saberes, às lutas e trabalhos dessas bravas mulheres.

Interfaces da religiosidade e feminismo comunitário na vida das mulheres

A agroecologia também está ligada à questão religiosa, pois a religiosidade é parte integrante da vida cotidiana e tem uma forte presença e influência na vida das mulheres aqui pesquisadas; assim, trazemos uma análise antropológica da religiosidade:

Na crença e na prática religiosa, o ethos de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida. Essa confrontação e essa confirmação mútuas têm dois efeitos fundamentais. De um lado, objetivam preferências morais e estéticas, retratando-as como condições de vidas impostas, implícitas num mundo com uma estrutura particular, como simples senso comum dada à forma inalterável da realidade. De outro lado, apóiam essas crenças recebidas sobre o corpo do mundo invocando sentimentos morais e estéticos sentidos profundamente como provas experimentais da sua verdade. Os símbolos religiosos formulam uma congruência básica entre um estilo de vida particular e uma metafísica específica (implícita, no mais das vezes) e, ao fazê-lo, sustentam cada uma delas com a autoridade emprestada do outro. (GUEERTZ, 1989, p. 67).

A maioria das mulheres camponesas e negras aqui refletidas não se diz feminista, mas integra um coletivo de mulheres e, por meio do grupo, em conjunto com a CPT, interligada com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), debate direitos das mulheres, aproximando-se de um feminismo comunitário articulado com a Teologia da Libertação, embora a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) não aceite o feminismo radical⁵ e temas como o aborto, contraceptivos ou liberdade sexual. Assim, o sentido dessas práticas das mulheres aparece quando nos sentamos em grupo para estudar, dialogar, refletir a nossa vida; portanto, o sentido se mostra a partir de uma observação e participação sensível do contexto delas, e isso é possível porque temos a confiança e proximidade com elas pelo pertencimento à comunidade.

Paredes (2021), ao construir o Feminismo Comunitário com um coletivo de mulheres indígenas, afirma que é um modo de refletir e negar as práticas competitivas entre as mulheres, e busca com esse feminismo contribuir para desafiar e repensar a descolonização dos corpos marginalizados. “Feminismo Comunitário é uma energia que convoca à reflexão, a criação e a cura do mundo. Longe de práticas lapidárias e competitivas entre as mulheres, convocamos a construir comunidade” (PAREDES, 2021, p. 8). Para a autora, há uma colonização da linguagem no termo feminismo e, por isso mesmo, elas resolveram mantê-lo para que se possa compreender o que se trata. Mas a questão semântica da compreensão do feminismo comunitário é outra. Isso vale dizer que o grupo de mulheres indígenas decidiu disputar “espaços semânticos” como estratégias feministas para ter o mesmo respeito e reconhecimento de seus corpos e lutas. Compreender o conceito é dizer que

o Feminismo Comunitário já redefiniu o feminismo como um espaço de encontro e prestação de contas entre as mulheres. [...] Existem, precisamente, condições históricas para que nós, como indígenas, estejamos como estamos. Nós, Feministas Comunitárias, explicamos esse fato por meio do que chamamos de Entroncamento Patriarcal [...] atualmente, a proposta de despatriarcalização é uma das conquistas que tem o Feminismo Comunitário, como a palavra e a proposta do mundo das mulheres desde as lutas ancestrais. [...] Certamente há informações que, por enquanto, não sabemos nem conhecemos, mas quando falamos sobre a consciência de nossa dignidade, do autorreconhecimento, de

⁵O feminismo radical é uma das correntes dentro do movimento feminista que se desenvolveu a partir da década de 1960 e teve um impacto significativo nas discussões de gênero e feminismo. Esta abordagem enfatiza a análise crítica das estruturas de poder que perpetuam a opressão das mulheres. É importante notar que o feminismo radical é diverso, com diferentes interpretações e abordagens dentro da corrente. Algumas críticas têm apontado que o feminismo radical pode ser essencialista, excluindo as experiências de mulheres trans e não se ajustando às diferentes realidades de gênero.

que somos gente jaq'e – como dizemos em aimará – é claro que sabemos quem somos e o que nós queremos! Ninguém vai nos ensinar o que já sabemos, desde nossos corpos. [...]. O destino de nossos corpos nós é que vamos decidir em nossas organizações e comunidades. Lutando ao mesmo tempo contra as injustiças em que vivemos: homens, mulheres, pessoas intersexuais e a natureza por parte de um sistema de domínio. E, ao mesmo tempo, lutando contra o machismo e a violência em nossas comunidades e aldeias. (PAREDES, 2021, p. 12-13).

Para compreender o feminismo comunitário, Paredes (2021) traz, ao longo de todo seu texto, uma riqueza de conhecimentos; por isso, não há um conceito fechado, e sim, uma compreensão que envolve o processo histórico, político e sociocultural, além da cosmovisão dos povos indígenas, que é a filosofia completa de um povo. Esse entendimento nos representa como mulheres camponesas e negras, na maioria pobres, de baixa escolaridade. Isso não significa que não possamos tomar iniciativas centrais, liderança, autonomia, tomar decisões que mudem o rumo das nossas vidas e que instaurem processos de mudança no espaço doméstico e nas comunidades onde vivemos, o que fazemos, também, pela religiosidade. Mas precisamos tomar o destino dos nossos corpos, até mesmo contra o machismo violento em nossas comunidades. Em nossa associação, nos organizamos como mulheres em busca de nossas independências financeiras e de vida. Um novo jeito de viver e ser mulher.

O catolicismo é a religião predominante em nossas comunidades e a devoção aos santos e santas é algo muito importante de se ressaltar. Por serem comunidades situadas na zona rural, distantes da cidade, e como antigamente era difícil o acesso, foi essa devoção aos santos e santas que manteve a fé da população do campo quando a igreja não se fazia presente.

As festas dedicadas às santidades constituem um momento forte de devoção, pois ali as promessas são pagas, as rezas são realizadas, levanta-se o mastro com a bandeira do santo ou santa, o cururu⁶ é cantado, há também o siriri⁷ e o baile. É um momento de

⁶O cururu é uma manifestação cultural tradicional da região central do Brasil, incluindo o estado de Mato Grosso. No município de Nossa Senhora do Livramento, MT, a música do Cururu é frequentemente acompanhada por instrumentos tradicionais, como a viola-de-cocho e o ganzá. Esses instrumentos são de fabricação artesanal contendo apenas elementos da natureza e eles contribuem para o som característico do Cururu. É uma forma de expressão cultural que está ligada a práticas religiosas e rituais locais. Tradicionalmente, a música é executada apenas por homens que cantam em pares, enquanto outros homens formam uma roda e tocam os instrumentos.

⁷O siriri é uma dança tradicional do estado de Mato Grosso, principalmente na região do vale do Rio Cuiabá e adjacências, assim como o cururu, tem raízes profundas na cultura regional. É uma forma de expressão artística e cultural que reflete a identidade do povo mato-grossense. Ao contrário do cururu, o siriri é uma dança mais animada, que envolve movimentos rápidos e uma música festiva. Ela é frequentemente acompanhada por instrumentos tradicionais, como a viola-de-cocho, o mocho e o ganzá. Os movimentos

alegria, celebração, união da comunidade e a obtenção da graça pedida é retribuída ao/à santo/a que a concedeu.

Em uma das reuniões do grupo que participamos, várias mulheres disseram que essas festas não acontecem sem os seus trabalhos e os seus saberes. Uma das mulheres participantes desta pesquisa é a capelã das festas de santos/as que temos nas comunidades, ou seja, é ela quem conduz a reza cantada, uma arte que poucos/as sabem realizar. Sem ela, a festa não acontece, pois, o ápice é a reza. São também as mulheres as responsáveis pela preparação das refeições: quebra-torto⁸, almoço e jantar. Essas festas costumam ter três dias de duração: sábado, domingo e segunda-feira, dia da feijoada. Isso não significa que os homens não ajudam, mas eles ficam mais com a função de montar a estrutura do local que irá receber as pessoas. Essas construções, geralmente, são galpões provisórios feitos com elementos disponíveis na natureza como o bambu, palhas da palmeira do buriti (árvore do cerrado) e cipós utilizados para amarrar a estrutura.

É possível observar, também, a centralidade das mulheres no comando da organização e decoração do ambiente; inclusive, são elas que guardam as anotações contendo os dados dos/as festeiros e festeiras para o ano seguinte. Elas dizem se sentir como se fossem cuidadoras das palavras, guardiãs da tradição. E isso é mais um incentivo para continuarem os estudos nas salas anexas. Por falar em guardiãs, não podemos esquecer que são também as mulheres camponesas quem mais defendem e guardam as sementes crioulas.

As chamadas sementes crioulas são simplesmente as sementes originais produzidas pela terra, e trazidas por povos desde a ancestralidade por métodos de seleção natural. Diferente da agricultura moderna, a semente crioula não passou por nenhum processo de modificação genética por meio de interferência humana e por interesses de corporações. São sementes de variedades locais que camponeses/as, ao efetuarem a colheita, recolhem e selecionam as que lhes parecem as melhores, mais sadias, mais graúdas, e as guardam em lugar protegido para ter com que recomeçar o plantio na próxima ocasião ou para tocar com vizinhos/as ou nas festas de trocas de sementes crioulas. Aqui, em nossas comunidades, as mulheres têm o costume de guardá-las em garrafas pet de 2 (dois) litros onde colocam as sementes crioulas. Faltando dois dedos

são coordenados entre os pares e os/as dançarinos/as realizam passos ágeis, giros e acrobacias, o que cria um espetáculo animado.

⁸ Desjejum ou o café da manhã; a primeira refeição do dia.

para encher a garrafa, completam esse espaço com cinzas, até ficar totalmente cheia; então, a garrafa é tampada e guardada em local protegido, sem luminosidade e sem umidade.

Nos velórios, aqui nas comunidades, observamos que são as mulheres que passam a noite inteira rezando e cantando em volta do caixão, além de cozinharem e servirem cafezinho. No cotidiano da vida familiar, elas são as primeiras que levantam e as últimas que vão dormir. Indagamos: seria isso um modo de violência sobre seus corpos ou elas se mostram fortes diante de situações difíceis, mas com possibilidades de ir adiante, dando exemplo de forças e continuidade de luta pelas suas emancipações?

Em cada comunidade católica da região da Morraria há uma pessoa responsável por coordenar os trabalhos e demandas da paróquia. Num encontro de coordenadores/as que participamos, em 2022, em Nossa Senhora do Livramento, MT, observamos que as mulheres eram a maioria ali presente.

Essa preponderância feminina nas comunidades por nós pesquisadas pode ser explicada pelo feminismo comunitário, que nos ajuda a pensar o feminismo a partir do ponto de vista da libertação dos corpos amarrados ao machismo e ao patriarcalismo, bem como da liderança das mulheres. Logo, a construção da emancipação feminina não é algo recente, contudo, nossas leituras apontam que as mulheres camponesas e negras foram e ainda, de certa forma, continuam invisíveis e nos silêncios da história, segundo Perrot (2005). Todavia, desde a publicação dessa obra até os dias atuais, felizmente, algumas coisas vêm mudando, pois as mulheres camponesas e negras estão produzindo e disputando espaço no campo das epistemologias.

O feminismo comunitário, além de evidenciar o fazer das mulheres nas centralidades, também tem nos ajudado no enfrentamento da colonial modernidade. Mas o que é isso? Lugones (2020, p. 71), em seu artigo *Colonialidade e Gênero*, propõe o “sistema moderno-colonial de gênero” como algo muito mais amplo do que a colonialidade do poder de Quijano (2005). No entendimento da autora, “o eixo da colonialidade não é suficiente para dar conta de todos os aspectos do gênero” (LUGONES, 2020, p.79), por isso, Paredes e Gusmán (2018) nos falam de corpos e não de gênero, pois, segundo elas, o gênero não consegue explicar todas as opressões, visto que

[...] gênero é uma prisão criada sobre os corpos [...] a redução do feminismo à luta contra as opressões que mulheres sofrem por parte dos homens seria limitar o feminismo para a finalidade de revisão das

relações de gênero e igualmente seria limitar patriarcado a gênero. Isso resultaria em reconhecer que as mulheres sofrem apenas opressão de gênero, ignorando as opressões de raça, classe, sexo e demais. (PAREDES; GUZMÁN *apud* ROESE, 2018, p. 185).

O feminismo comunitário surge como um caminho de descolonização do feminismo pela criação de um pensamento próprio, reconceituando feminismo, gênero e patriarcado. Considerando as diferenças de suas raízes de pensamento, conhecimento e prática social, Paredes (2019) pensa a descolonização do processo de transformação também a partir dos corpos das mulheres diante de um movimento autônomo para criarem suas próprias categorias. Paredes (2019a) traz a proposta descolonizadora no feminismo comunitário de contemporaneidade e o paralelismo de tempos para questionar a historicidade europeia que demarca os conceitos a partir dela, ignorando a criatividade, memória e identidade indígena.

Outra ação que emana as vozes, liderança e resiliência das mulheres é o trabalho conjunto entre o artesanato e extrativismo do cumbaru (*Dipteryx alata Vogel*), espécie também referida como baru, castanha-de-bugre, cumarurana, da família Fabaceae (MELO *et al*, 2014), nativa no Pantanal e no Cerrado. Essa amêndoa possui alto valor nutricional, é de agradável palatabilidade e, além da renda o extrativismo do cumbaru, contribui para a mitigação das mudanças climáticas, pois mantém a floresta preservada. Coletivamente, sempre valorizando o saber fazer juntas e os saberes que existem entre nós, produzimos tapetes, roupas, bolsas e mantas de crochê, bonecas de pano, rede, biojoias. Com o cumbaru, fazemos licor, pão de mel, doces, farinhas, bolos, biscoitos, pães, além de vender a castanha torrada ou o fruto *in-natura*.

FIGURA 1. Frutos de Cumbaru



Fonte: acervo da autora (2022)

Outro aspecto a considerar é o tear, que está sendo retomado como elemento importante para dar sequência ao trabalho de geração a geração, bem como a preservação da cultura local, que fará parte, também, da comercialização artesanal. O plantio de algodão nos quintais toma vida para a tecitura de redes, tecidos e outras artes elaboradas no tear. A ação coletiva das mulheres referente ao tear tem despertado o desejo das jovens na perspectiva de dar continuidade a esse trabalho, que também auxilia no processo econômico das famílias envolvidas, pois nem todas sabem tecer as redes e outros trabalhos advindos dos fios de algodão.

Nesse sentido, o diálogo com Freire (1987, 1997) auxilia na educação das *práxis*, qual seja, participar de uma comunidade, viver nela, agir em prol de suas necessidades, demandas sociais, culturais e políticas em um trabalho coletivo para que haja mudanças e transformação social no interior dessas comunidades. O trabalho é árduo e lento, mas realizado com muito compromisso. Do mesmo modo, faz-se presente a fenomenologia existencial de Merleau-Ponty (1991, 2006), na expectativa de viver e conviver com o fenômeno do coletivo de mulheres, explicitando, descrevendo, compreendendo, interpelando ações que desenvolvam uma vida digna em sociedade.

Mulheres e a produção agroecológica de alimentos

Como moradoras do campo, desde criança podemos observar que são as mulheres as principais responsáveis pela produção dos alimentos diversificados consumidos pelas pessoas da família. Essa produção se realiza em nossos quintais, roças, hortas, pomares, criação de pequenos animais, como galinhas e porcos. Também são as mulheres que na maioria das vezes saem para pescar ou coletar frutos do cerrado, como cumbaru, coco de babaçu, marmelada, mangaba, pitomba, casca da árvore barbatimão e aroeira, entre outros, ou seja:

[...] é um campo majoritariamente de trabalho feminino de pouco reconhecimento pelo fato de estar “colado” às mulheres, como se fosse parte delas, naturalmente. Além disso, por ser alimento, grande parte do que é produzido é consumido na própria família e, por isso mesmo, nem é notado até porque não vira dinheiro. (CONTE, 2014, p. 107).

Em grupo, também produzimos alimentos, a maioria deles enriquecida com os frutos do cerrado, que são altamente nutritivos. Com a castanha do cumbaru, fazemos bombons, alfajor, pão de mel, farinhas, bolos, pães, rapaduras e doce de pote. Com a

castanha do babaçu, produzimos óleos, farinhas, biscoitos e bolos. A marmelada é uma fruta do cerrado e a utilizamos na produção de compotas, polpa, podendo ser consumida *in natura*, também, da mesma forma, a mangava. Além dos alimentos, produzimos os seguintes artesanatos: tapetes, bolsas e roupas de crochê; bonecas de tecido; biojoias, entre outros. Com o barbatimão e a aroeira, fazemos sabonete íntimo. Há também projetos em andamento para produção e comercialização de mudas de árvores do cerrado. Tudo o que é produzido pelo grupo é dividido em partes iguais e cada uma se encarrega de vender a sua parte, podendo, também, trocar ou consumir. Uma parte do dinheiro obtido com as vendas permanece no caixa para as despesas.

Os trabalhos desenvolvidos por nós, mulheres, em grupo, em nossas casas, quintais e nas salas anexas demonstram uma grande preocupação com a preservação do meio ambiente, com a sustentabilidade. Santos (2019, p, 105) afirma que, de modo geral, “as mulheres camponesas pouco compreendem o que é desenvolvimento”, mas sabemos o que é ter vida boa. Para nós, significa ter saúde, ter alimento de qualidade e nutritivo, conforto para viver, poder escolher o que comer, ter uma vida livre de violências, poder plantar as nossas sementes, não ser exploradas no trabalho, é ter dinheiro, mas sabendo que nem tudo na vida é dinheiro. Desse modo, evidencia-se que

[...] no âmbito das organizações camponesas e de trabalhadores rurais, observamos o avanço na incorporação da agroecologia como uma estratégia de defesa do território camponês, da realização da reforma agrária, da produção de alimentos saudáveis e da soberania alimentar. Nesse processo, é inserido o debate político em torno do reconhecimento do papel das mulheres na estrutura da economia familiar e camponesa, ao tempo que se reivindica o direito a sua autonomia política e econômica. (MARTINS; BARBOSA, 2022, p. 7).

Os alimentos cultivados por essas mulheres possuem um valor que vai muito além do dinheiro, quer dizer, há uma identificação, uma relação afetiva, um cuidado, pois elas vivenciam todas as fases do processo produtivo. Sabem o tempo certo para plantar determinado tipo de alimento, para isso, consideram os ciclos lunares, bem como a maneira de colher, armazenar, partilhar ou mesmo vender ou trocar. Esses saberes que, na maioria das vezes, passam despercebidos, precisam ganhar visibilidade.

Considerações Finais

Nosso olhar atento a essas mulheres é orientado pela consciência crítica que Freire (1997, 1987, 2000) nos descreve. Suas obras orientam nosso fazer pedagógico com elas.

As reuniões, as suas feiras de produção, as divulgações do trabalho, a escola, tudo isso são trilhas que nos levam a uma compreensão crítica da realidade vivida. A Escola Estadual José de Lima Barros, por meio de suas salas anexas, que é onde essas mulheres estudam ou estudaram, tem procurado inserir-se no que Caldart (2020, p. 2), em suas reflexões, entende como “trabalho paciente e criativo dos coletivos que buscam hoje captar e potencializar pedagogicamente os elementos de transformação de modo de reprodução social da vida que germinam nos territórios responsáveis pela sua existência.” Não teríamos escola do campo se não fosse pela luta das organizações populares do campo e, de forma direta ou indireta, nós, mulheres camponesas, participamos delas. Portanto, vale destacar o compromisso que as mulheres camponesas têm assumido nos processos de educação e reconstrução ecológica e social da agricultura com base na agroecologia, no fortalecimento da produção orgânica, gerando soberania e segurança alimentar para seus familiares. Assim é a luta dessas mulheres do Grupo Raízes do Cerrado.

A atuação do Grupo de Mulheres Camponesas Raízes do Cerrado vem gerando riquezas em se tratando da relação delas com o bioma, com a terra, com a vida, levando-as a se relacionar com um mundo de significação nos afazeres em prol de cada uma e de suas comunidades. A escola é envolvida como parceira e fonte importante para o processo do despertar de uma educação consciente e libertadora que as induz a perceber sua emancipação como mulher e trabalhadora do campo. A soma dessas parcerias vem fortalecendo o processo de auto-organização e atraindo mais parceiros do campo popular para potencializar o trabalho coletivo.

A pesquisa aponta que são as mulheres do grupo quem mais defendem e guardam as sementes crioulas. Elas se preocupam com a soberania e segurança alimentar e nutricional de toda a comunidade. A luta dessas mulheres é pela defesa do seu território integral, fundamental para seu modo de vida. O trabalho desse coletivo, ao contrário da lógica degradadora e expropriatória do agronegócio, mantém o Cerrado em pé e as águas em abundância. Um modo de vida que precisa ser visibilizado para ser valorizado.

Referências

CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; CONTE, Isaura Isabel. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/4993/14547>. Acesso em: 01 jul. 2023.

CALDART, Roseli Salete. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. Texto preparado para Aula Inaugural do semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *Campus Litoral*, realizada em 9 de março 2020. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nnn5x805> . Acesso em: 09 jan. 2023

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e Ciências humanas**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

CONTE, Isaura Isabel. **O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres: Via Campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no México**. 2014. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CONTE, Isaura Isabel. Aprendizados da luta: mulheres camponesas no Brasil e indígenas no México. **Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA**, Juara, v. 4, n. 1, p. 37-54, jan. /jun. 2017.

DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura** (org.). 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 29. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Educação e mudança**. 21. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos. Editora S. A .1989.

GUHUR, Dominique Michele; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. *In*: CALDART, Roseli *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. SP: Expressão Popular, 2012. p. 57-65.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 68-107.

MARTINS, Ydávila Vasconcelos; BARBOSA, Lia Pinheiro. A participação das mulheres na Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária do Território Inhamuns e Crateús – Ceará. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, TO, v. 7, p. 01-28, 2022.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Signos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991

MELO, Sonia Aparecida Beato Ximenes *et al.* Cadeia produtiva do cumbaru (*Dipteryx alata Vogel*), em Poconé Mato Grosso. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 37-58, jan. /abr. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: FERREIRA, Suely Deslandes; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 61-77, 2007.

PAREDES, Julieta. Entrevistas. *In*: MALHEIROS, Mariana; ORTIZ, María Camila; SPYER, Tereza. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu-PR, v. 3, n. 2, p. 22-42, 2019.

_____. Descolonizar as lutas: a proposta do feminismo comunitário. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu-PR, v. 3, n. 1, p. 74-87, 2019.

_____. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2020. p. 275-288.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru/São Paulo: UDUSC, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina, Colección Sur Sur, 2005. p. 227-278.

ROESE, Anete. O modo de fazer religião das mulheres que fundam suas próprias igrejas: feminismo descolonial e feminismo comunitário. **Revista Mandrágora**, São Paulo, SP, v. 24. n. 2, p. 161-200, dez. 2018.

TIBURCIO, Hermelinda Cayetano. Liberarse del miedo. *In*: ESPINOSA, Gisela Damián; DIRCIO, Libni Iracema Chautla; SÁNCHEZ, Martha Néstor (coord.). **La coordinadora guerrerense de mujeres indígenas construyendo la equidad y la ciudadanía**. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana, 2010. p. 257-272.

SANTOS, Valéria Pereira. **Mulheres e conflitos socioambientais**: saberes e olhares das camponesas sobre os impactos da soja na serra do centro, Campos Lindos/TO. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais/PPGDIRE, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2019.

Recebido em setembro de 2023.

Aprovado em novembro de 2023.